

Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura

Jean Segata
Theophilos Rifiotis
(organizadores)

ABA PUBLICAÇÕES

ABA PUBLICAÇÕES

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Vice-Presidente: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Patrícia Costa (revisão e normalização)

Conselho Editorial

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Fábio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

GRUPCIBER

Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia

Coordenador: Theophilos Rifiotis (UFSC)

Vice-coordenador: Jean Segata (UFRGS)

NECOM

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Comunicação do BOM JESUS/IELUSC

Coordenadora: Maria Elisa Máximo (IELUSC)

P769 Políticas etnográficas no campo da cibercultura / organizadores

Jean Segata, Theophilos Rifiotis. – Brasília : ABA

Publicações ; Joinville : Editora Letradágua, 2016.

208p.

ISBN 978-85-7802-074-3

1. Antropologia. 2. Cibercultura. 3. Etnografia. I. Segata, Jean (org.). II. Rifiotis, Theophilos (org.). III. Título.

CDD 301

Introdução

ANTROPOLOGIA E CIBERCULTURA

Jean Segata

Theophilos Rifiotis

Nos últimos 20 anos, estudos no campo da cibercultura ganharam evidência no Brasil a partir de disciplinas como a sociologia, a comunicação, a filosofia, a antropologia e as artes. Temas como o da realidade virtual, da Comunicação Mediada por Computador (CMC), da internet e dos seus dispositivos, como também aqueles da inteligência artificial, do pós-humano e da elasticidade da vida – nos laboratórios ou no ciberespaço – são os mais recorrentes. Desde *e-mails*, *chats*, *blogs* e listas de discussão, transações bancárias, desenvolvedores de *softwares* e jogos eletrônicos, tecnologias da imagem, a produção e difusão artísticas, dispositivos móveis e seus aplicativos, as redes sociais e suas formas de lazer, ativismo e politização ou ainda toda a sorte de ciborgues que vem se multiplicando pela expansão cada vez mais pervasiva e ubíqua dessas tecnologias. Nessa linha, hibridismos com os corpos humanos em próteses de múltiplos tipos e finalidades são também exemplos de como os estudos do campo da cibercultura mesclam a ficção científica, a ideia de futuro e as transformações concretas da vida contemporânea. Não por menos, esse campo tem sido dinâmico, desafiador, controverso e mobilizador de debates intensos em eventos e publicações.

O GrupCiber é um pioneiro da antropologia no campo da

cibercultura no Brasil, e, desde a sua constituição em 1996, vem enfrentando os desafios e possibilidades colocadas pela cibercultura, em pesquisas cuja chave mestra é a etnografia. Deslocando o debate generalista, extralocalizado e autoexplicativo que caracteriza tradições ensaísticas sobre as quais parte dessa produção tem sido desenvolvida, a etnografia posiciona e situa a cibercultura para o lugar onde ela é produzida e significada cotidianamente, ou seja, nas práticas, experiências e sensibilidades da vida vivida e não daquela imaginada. Ali, onde pessoas, artefatos e outros seres são cruzados e coproduzidos com e pelas tecnologias digitais, a antropologia reivindicada pelo GrupCiber é aquela que põe em revisão constante a sua agenda de teoria, método e atuação. Esse tem sido o esforço empreendido pelo grupo ao longo destes anos e, por conseguinte, tornou-se o eixo estruturante das nossas atividades. Trata-se da defesa de *políticas etnográficas para o campo da cibercultura*, e é o que procuramos sistematizar ao longo do presente livro¹.

Quando pensamos na elaboração dessa obra, tínhamos em mente recuperar apenas um percurso mais recente do GrupCiber que se desenhou em torno de um diálogo com a *Teoria Ator-Rede*. Ele reflete

¹ O GrupCiber – *Grupo de Pesquisas em Ciberantropologia* foi criado e registrado no Diretório de Grupos do CNPq em 1996, a partir do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, executou diversos projetos de pesquisa no campo da cibercultura, que resultaram em trabalhos de iniciação científica, conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pós-doutorado, artigos em diversos periódicos nacionais e internacionais, capítulos e livros. Além das publicações, o GrupCiber organizou eventos próprios – os seminários Mapeando Controvérsias Contemporâneas na Antropologia, na UFSC – como também coordenou mesas e grupos de trabalhos em importantes eventos da disciplina. Esse é o caso de atividades organizadas em edições da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em reuniões anuais da ANPOCS, em eventos da Associação Latinoamericana de Antropologia (ALA), da Rede AMLAT (Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina), da Association Française d’Ethnologie et d’Anthropologie (AFEA) e nos simpósios nacionais da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura), entidade da qual o grupo participou da fundação e esteve à frente nos seus primeiros anos de funcionamento por meio da vice presidência. Atualmente, o GrupCiber é coordenado pelos professores Theophilos Rifiotis (UFSC) e Jean Segata (UFRGS). Os projetos em andamento, publicações, eventos e novidades podem ser encontradas na página do grupo: <www.grupciber.net>.

a agenda de pesquisas que passamos a dimensionar após a publicação da nossa primeira coletânea – *Antropologia no Ciberespaço* – que resumia a nossa primeira década de trabalhos (RIFIOTIS *et al.*, 2010). Contudo, um exame crítico e a constatação da necessidade de ampliar os debates, visando contribuir para a consolidação do campo da cibercultura, nos levou a concluir que uma das inspirações para o debate em torno de políticas etnográficas já estava germinada em nossas pesquisas desde um conjunto de questões apresentadas por Arturo Escobar em seu conhecido artigo, *Welcome to Cyberia*, de 1994, que é o primeiro capítulo do presente livro. Há mais de duas décadas, a publicação desse trabalho na sessão de debates do *Current Anthropology* anunciava um desafio para a disciplina: a etnografia da cibercultura. Para Escobar, esse era um campo que articulava a *tecnosocialidade*, compreendida como um processo de construção sociocultural associado às tecnologias da computação e da informação e a biossocialidade, entendida como desdobramento da biopolítica que ganhava era ressignificada como uma nova ordem de produção da vida, da natureza e do corpo através de intervenções tecnológicas fundamentadas na biologia. Afinal de contas, perguntava-se ele, quais práticas têm sido articuladas em torno da cibercultura e que mudanças elas produzem na constituição das pessoas e em suas relações? Como o uso cada vez mais crescente de computadores e de seus dispositivos e das tecnologias de modificação da natureza, pensados de forma global, tem configurado questões locais e particulares – grupos étnicos, classe, gênero e práticas de saúde, dependência tecnológica, etc.? *Avant la lettre*, Arturo Escobar compreendia que a etnografia seria um modo privilegiado de pesquisa para campo da cibercultura, ao colocar a antropologia em condições de formular questões e respostas mais complexas sobre as importantes transformações da vida social naquela virada de milênio. Por essa razão, abrimos essa coletânea com a tradução do seu *Welcome to Cyberia* – incontestavelmente atual, ainda que escrito em um tempo da cibercultura em que sequer tínhamos a comercialização dos serviços de internet ou quando os computadores

ainda eram uma grande novidade².

Diante de tal projeto para a antropologia, entendemos no GrupCiber que as perspectivas analíticas definiam um quadro de desafios teóricos e metodológicos, e mesmo epistemológicos, para os estudos da cibercultura. Para nós, ele deveria ser encarado, no seu conjunto, como uma possibilidade para a própria antropologia rever conceitos e métodos de pesquisa, e a própria natureza do conhecimento antropológico, num movimento que, no limite, poderia ser colocado em paralelo com o quadro de mudanças introduzidas pela chamada “antropologia urbana” dos anos de 1960 e 1970 e suas implicações fundamentais para a disciplina e para o estudo das “sociedades urbano-industriais”. Naquele momento de formação do grupo tínhamos como interlocutora principal a comunicação – disciplina que muito cedo reivindicou o campo da cibercultura – e o nosso investimento etnográfico se deu num esforço de repensar as estratégias de pesquisa praticadas na chamada antropologia urbana. A busca de constituir uma entrada antropológica nos permitiu problematizar os termos dos debates em curso naquele momento, tipicamente condensada em termos como “comunidades virtuais” e “netnografia”. Isso ajudou em termos de elaborar mais sistematicamente os fundamentos teóricos para o ciberespaço, e a desenvolver estratégias específicas de pesquisa que nos permitissem avançar na problematização do campo (RIFIOTIS, 2010). Além do mais, recompondo o quadro dos desafios enfrentados, temos de destacar a “desconfiança” com que nos primeiros anos a proposta do GrupCiber foi recebida entre nossos colegas antropólogos, para os quais ainda estava em questão a etnografia rea-

² Trata-se de debates dentro do campo antropológico iniciados no final dos anos 1980 e desenvolvidos em várias frentes desde o início dos anos 1990 em torno da relação sujeito-objeto, natureza-cultura e sociedade-técnica. Como apresentado em vários capítulos do presente livro, estamos frente a um conjunto de autores cujos esforços em sistematizar questões sobre a multiplicidade da agência, as redes sociotécnicas e a escrita antropológica às quais nos propomos com a presente coletânea a fazer eco para consolidar a pesquisa no campo da cibercultura. Nos referimos aqui principalmente aos trabalhos fundadores de Donna Haraway, Marilyn Strathern, Bruno Latour, Madeleine Akrich e Michel Callon.

lizada sem as interações face a face. Num certo sentido para eles “não havia gente no ciberespaço” e tampouco seria possível um trabalho etnográfico com interações mediadas pelas plataformas e ambientes de interação *on-line*. Com o desenvolvimento dos trabalhos iniciais, foi possível conquistar a necessária adesão na área para que os trabalhos que desenvolvíamos fossem considerados etnográficos, inclusive valorizando-se a condição de “nativos” do ciberespaço³.

Com o desenvolvimento de etnografias em listas eletrônicas de discussão, chats, blogs, Orkut e Twitter acumulamos experiência e reflexão crítica suficiente para em 2008, no exato momento em que se consolidavam os estudos da cibercultura, através de grupos de trabalho, mesas-redondas em eventos científicos, e publicações, sem falar na fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber)⁴, na qual o nosso grupo está intimamente ligado desde a sua fundação, chegamos a um ponto crítico. Fazendo um balanço crítico de mais de dez anos de pesquisas, e acompanhando a literatura de ponta da antropologia que se apresentou no período, chegamos a uma conclusão: a estratégia de pesquisa que vínhamos desenvolvendo nos conduziu, contra o nosso projeto inicial, à separação do social e da técnica. Tratar o primeiro como domínio dos humanos e de tudo o que dele se adjetivasse – como social, relação social, sociabilidade, etc., mantendo em segundo plano, a “técnica”, que respondia pelos *hardwares*, *softwares* e demais artefatos, que eram reduzi-

³ As inspirações do grupo, de início, vinham da Escola de Chicago e da Escola de Manchester; da *sociabilidade* de Simmel (2006); das redes de Barnes (2009); chegando ao *campo de possibilidades* de Velho (1999) ou aos *pedaços, manchas e trajetos* de Magnani (2008). O que fazíamos em termos de estratégia etnográfica era mimetizar na internet os desafios, dilemas e perspectivas que foram centrais nas pesquisas antropológicas em meios familiares e urbanos, em diálogo direto e aberto com as novas perspectivas que se abriam sobre *etnografia virtual* e *netnografia*, em autores como Luciano Paccagnella (1997), Christine Hine (2000; 2005), Steve Jones (1999), Daniel Miller & Don Slater (2000), Robert Kozinetz (2007; 2010). Mas, à medida em que nos púnhamos mais fortemente a sistematizar essa discussão metodológica, sobressaía-se a centralidade da ideia noção de *rede sociotécnica* em nossos trabalhos. E isso nos conduziria a um novo estágio de discussão, com forte inspiração nos *Science Studies*, notadamente, na forma em que Bruno Latour complexificou a discussão por meio da *Teoria Ator-Rede*.

⁴ Cf. informação disponível em: <www.abciber.org>.

dos então a uma uma espécie de novo cenário tecnológico com novas potências para a ação humana. Foi apenas a partir da aproximação com as críticas firmadas com a *Teoria Ator-Rede* que nossa etnografia passou a ser tratada em termos de rastreamento e descrição de associações entre humanos e não humanos, permitindo a extração de algumas consequências da ideia que fazíamos de pesquisar “redes socio-técnicas”, exigindo-nos conseqüentemente uma revisão sobre o próprio campo da cibercultura.

Assim, se a recuperação de uma reivindicação etnográfica para a pesquisa no campo da cibercultura é uma questão-chave desse livro, pensá-la de forma sociotécnica assume igual importância. Reposicionar algumas das questões que norteavam nossos trabalhos até meados da década passada sob o efeito da Teoria Ator-Rede trouxe-nos outros desafios: como pensar com redes sociotécnicas as “redes cibernéticas da internet” ultrapassando uma divisão fundamental que se atualizava nesse campo – a saber, o sócio (humanos) e o técnico (artefatos)? Como “repovoar” a etnografia no campo da cibercultura tornando evidentes as associações entre humanos e não humanos no curso das ações? Evidentemente, era preciso problematizar a ideia de agência como qualidade humana e de social pensado como o estabelecimento de vínculos entre eles. Em medida mais crítica, foi preciso problematizar a própria ideia de vínculo entre humanos e não humanos e sua semiótica polarizada entre uma forma negativa de dependência (determinismo/ação de artefato sobre um humano) ou positiva de emancipação (de agência humana sobre a inércia do artefato). Emblemático e esclarecedor para essa discussão era o texto de Bruno Latour, intitulado *Factures/fractures: de la notion de réseau à celle d’attachment*, do fim dos anos de 1990, que também traduzimos para esta coletânea (segundo capítulo). Como ficará evidente no percurso teórico metodológico que é reconstituído por Jean Segata no terceiro capítulo, Arturo Escobar e Bruno Latour são o centro de apoio para os desafios enfrentados pelo GrupCiber em sua trajetória.

Na seqüência, procurando fundamentar a mudança de perspectiva analítica do GrupCiber, Theophilos Rifiotis propõe uma releitura da

perspectiva antropológica clássica da abordagem da técnica e o questionamento da noção moderna de objeto-técnico aplicado ao ciberespaço, que é o quarto capítulo deste livro. Em última instância, o que se colocou em debate foram as noções de “uso”, “apropriação” e “representação” dos objetos técnicos nos estudos antropológicos no ciberespaço. Para ele, nesse campo, a antropologia tinha como ponto de partida a “comunicação mediada por computador”, que, explicita ou implicitamente, pressupunha uma exterioridade dos objetos técnicos e reduzia a agentividade apenas aos seres humanos. A reflexão crítica que Rifiotis apresenta no quinto capítulo, parte de uma dupla inspiração teórico-metodológica: em primeiro lugar, tomando como referência a matriz clássica inaugurada por Marcel Mauss sobre a técnica nas “sociedades tradicionais” e analisando a especificidade atribuída à condição moderna com relação à técnica e em um segundo momento, e complementarmente, o seu texto avança no sentido de sistematizar os debates contemporâneos sobre agência e os limites da dicotomia humano/técnico, especialmente a partir das obras de Bruno Latour, notadamente a partir da noção de ciborgue.

As consequências mais amplas sobre as questões colocadas no seu trabalho sobre o lugar da técnica na antropologia do ciberespaço, Theophilos Rifiotis apresenta no quinto capítulo, no qual ele traz uma reflexão sobre a etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. Nesse trabalho, o autor procura discutir os pressupostos e impasses de uma etnografia que se proponha a enfrentar o desafio da multiplicação de agências, entre humanos e não humanos, a formação de redes e a própria ideia de uma descrição que seja suficiente em si mesma e não necessite de uma explicação que venha a atribuir um sentido ao observado em campo. Partindo dos fundamentos da Teoria Ator-Rede, o autor propõe que a etnografia deixe de ser uma atividade eminentemente interpretativa para se tornar uma descrição das conexões em que actantes (“humanos” e “não humanos”) que se inscrevem no curso da ação. A problemática do “repovoamento” dos elementos visibilizados pela descrição (além dos “humanos”), os dilemas da escrita sobre a ação e a agência, entendidas como o que ou quem “faz fazer”,

além das exigências colocadas pela descrição de redes por meio dos traços deixados pelos actantes, exigem uma revisão do fazer etnográfico que colocaremos em debate. Assim, serão especialmente abordadas no artigo a noção de simetrização e de descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

No sexto capítulo, retomando as questões colocadas anteriormente, Jean Segata discute a necessidade de repensarmos a própria noção de cibercultura numa chave sociotécnica. Trata-se de uma crítica que, num primeiro momento, era mais restrita e estava diretamente em diálogo com os interesses do campo da comunicação, ela passa a ser fixada nos limites da constituição e da consolidação de uma antropologia no ciberespaço (RIFIOTIS *et al.*, 2010). Assim, recuperando a elasticidade semântica com a qual Arturo Escobar pensa o campo – caracterizado pela emergência de tecnologias da computação e aquelas de controle e modificação da natureza – as pesquisas do grupo “saem” da internet e seus dispositivos e passam a situá-lo em contextos mais amplos. Nesse caminho, o sétimo e o oitavo capítulos dessa coletânea, de autoria de Maria Elisa Máximo e de Dalila Floriani Petry, respectivamente, são exemplos disso. O trabalho de Máximo apresenta alguns passos de um estudo etnográfico sobre as formas de acesso e de interação com os conteúdos de saúde disponíveis na web. Num cenário marcado pela crescente disponibilização e busca de conteúdos específicos, a sua pesquisa identifica como as pessoas buscam conteúdos de saúde na internet e reconfiguram suas posições diante de profissionais de saúde e serviços. A temática vem ganhando destaque nas mídias e uma evidência disso é a consagração da expressão “Dr. Google”, afinal, esta ferramenta de busca constitui-se como o canal por excelência para a procura de respostas para problemas de saúde, construção de diagnósticos e para a pesquisa de possíveis tratamentos e/ou soluções. Como argumenta Máximo, se por um lado, muitos atores do campo biomédico questionam sobre a validade e a confiabilidade das informações e conteúdos disponíveis, implicando em riscos de autodiagnósticos equivocados e preocupações infundadas, por outro lado, há aqueles que reconhecem as possibilidades oferecidas pela web para potencializar e horizontalizar a participação nas toma-

das de decisões entre médicos e pacientes. Nessa rede de relações e múltiplas agências encadeada entre pessoas, web, conteúdos, serviços de saúde dentre outros, percebem-se redefinições nos papéis usualmente desempenhados pelos diferentes agentes envolvidos no atendimento à saúde, bem como um processo de simetrização destas relações. Já o trabalho de Floriani Petry revela as complexidades da inclusão digital e de como ela pode fazer aparecer aspectos que são próprios do contemporâneo, como a necessidade de estar conectado à internet para, assim, integrar o mundo globalizado. Compreendida como parte fundamental dos processos de inclusão social, ou ainda como um direito constitucional dos cidadãos, há uma série de iniciativas governamentais cujo propósito central é o de promover a inclusão digital a partir, primordialmente, de estruturas de acesso à internet. O seu trabalho pormenoriza uma descrição sociotécnica do Floresta Digital, uma política pública de inclusão digital do Estado do Acre, a fim de evidenciar, nos seus processos, os coletivos que são associados e os atores (humanos e não humanos) que são mobilizados para esse programa colocar-se em ação. A (auto)crítica que a autora faz sobre a escrita, exemplifica os limites e dificuldades da produção de um relato que se pretende sociotécnico, tema que também é desenvolvido por Theophilos Rifiotis no oitavo e último capítulo desta coletânea. Para ele, a problemática do “repovoamento” dos elementos visibilizados pela descrição (além dos “humanos”), os dilemas da escrita sobre a ação e a agencia, entendidas como o que ou quem “faz fazer”, além das exigências colocadas pela descrição de redes por meio dos traços deixados pelos actantes, exigem uma revisão do fazer etnográfico. Para tanto, Rifiotis coloca em debate nesse capítulo a noção de simetrização e de descrição com foco na ação, procurando sistematizar os fundamentos de uma etnografia da ação.

Finalmente, o que essas duas décadas de pesquisa nos têm mostrado é que a cibercultura produziu efeitos na antropologia, ainda que sejam uma disputa em aberto e um desafio sempre anunciado. Há alguns anos, formávamos um campo muito peculiar na antropologia, com um tema muito específico de pesquisa e de busca da formação de um campo especializado. Falar em cibercultura era, por assim dizer,

falar de outra dimensão da vida social, outra realidade. Tanto na nossa redução ao ciberespaço como na definição elástica de Escobar que aqui apresentamos, o campo da cibercultura parecia bastante circunscrito e delimitado. Os seus nativos – particularmente os nossos, os “cibernautas” – eram um tipo muito exótico, como também era exótica a antropologia que deles tratava. Mas, atualmente, quando os mais diversos campos e temas de pesquisa antropológica passam a ser atravessados pelo uso da internet e seus dispositivos, pela intervenção cada vez mais flagrante de novas tecnologias, o debate sobre a pesquisa antropológica em cibercultura se torna urgente e mais abrangente. Exemplo disso, é a presença de pesquisadores do campo da etnologia indígena, das relações de gênero, dos movimentos sociais e ativismos, da performance, da antropologia da arte, do consumo, da antropologia urbana, etc., nas atividades que temos organizados em diversos eventos ou mesmo nas demandas de orientações de novas pesquisas.

Em resumo, nesta nova coletânea organizada pelo GrupCiber, reafirmamos a atualidade das demandas para a antropologia no campo da cibercultura já anunciadas há mais de duas décadas e que podem ser pensadas a partir da articulação de dois eixos trabalho: (i) o de uma agenda teórico-metodológica, que pode ser resumida com a discussão de como pesquisar antropológicamente a cibercultura e, em desdobramento disso, como fazer das tecnologias digitais estratégias de pesquisa antropológica/etnográfica; e, finalmente, (ii) com a emergência de movimentos sociais que se articulam por intermédio da internet ou as práticas de digitalização de acervos etnográficos em museus virtuais é preciso pensar em uma agenda prática, política ou aplicada, para a disciplina, no campo da cibercultura. Enfim, reafirmamos a urgência de um debate que visa pensar políticas etnográficas para a pesquisa antropológica no e a partir do campo da cibercultura, e que esperamos venha a contribuir para um aprofundamento do diálogo com outras disciplinas.

REFERÊNCIAS

- BARNES, John. Redes sociais e processos políticos. *In*: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das sociedades complexas: métodos**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 159-195.
- ESCOBAR, Arturo. Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberculture. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 35, n. 3, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2000.
- _____. **Virtual methods: issues in social research on the internet**. Londres: Berg Publishers, 2005.
- HOUART, Sophie. Humanos e não humanos na Antropologia. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, PPGAS/UFSC, v. 17, n. 2, 2015.
- HOUDART, Sophie; THIERY, Olivier. Avant-Propos. *In*: _____. (Ed.). **Humains Non Humains: comment repeupler les sciences sociales**. Paris: La Découverte, 2011. p. 7-13.
- JONES, Steve. **Doing internet research: critical issues and methods for examining the net**. London: Sage, 1999.
- KOZINETTS, Robert. Netnography 2.0. *In*: BELK, R. W. (Ed.). **Handbook of qualitative research methods in marketing**. Londres, Edward Elgar Publishing, 2007. p. 68-96.
- _____. **Netnography: doing ethnographic research online**. Londres: Sage Publications, 2010.
- LATOURET, Bruno. Fractures/fractures: from de concept of network to the concept of attachment. **AUTUMN**, [S.l.], p. 20-36, 1999.
- _____. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires, Manantial, 2008.
- _____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca. (Org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 12-52.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet: the ethnographic approach**. London: Routledge, 2000.
- PACCAGNELA, Luciano. Getting the seats of your pants dirty: strategies for ethnographic research on virtual communities. **JMCM**, [S.l.], v. 3, n. 1, junho de 1997.
- RIFIOTIS, Theophilos. Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas

sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. *In*: RIFIOTIS, T. *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010. p. 15-28.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa Cibercultura. *In*: MALDONADO, E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (Org.). **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina**. João Pessoa/Natal: Editora UFPB/EDUFRN, 2011. p. 221-245.

RIFIOTIS, Theophilos *et al.* A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica das pesquisas no ciberespaço. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Editora UNIDAVI; e Natal: Editora da UFRN, 2012. p. 286-319.

SEGATA, Jean. Entre agentes: a ANT, a antropologia e o ciberespaço. **Rastros**, [S.l.], v. 2, p. 78-92, 2009.

_____. A inventividade da rede. **Rastros**, [S.l.], v. XVI, n. 2, p. 139-149, 2013.

_____. A etnografia como promessa e o “feito-Latour” no campo da cibercultura. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 16, n. 1, 2015a. p. 69-95.

_____. O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. **Revista Z Cultural**, [S.l.], v. 1, 2015b. p. 5-12.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). *In*: _____. **Questões Fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 65-84.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *In*:

_____. **Individualismo e sociedade: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 13-38.